

VALORES SEMÂNTICOS E DISCURSIVOS DA CONJUNÇÃO ADITIVA*

*Roberto Gomes Camacho***

RESUMO

Mediante uma análise multifuncional da conjunção aditiva no português falado, este trabalho demonstra que ela é usada não só para estabelecer conjunção de conteúdos no nível estrutural, mas também para estabelecer relações epistêmicas e ilocucionárias no nível discursivo.

Palavras-chave: Coordenação aditiva; Conjunção simétrica e assimétrica; Articulação de orações; Funcionalismo.

De um ponto de vista lógico, é possível compreender a relação de conjunção mediante um cálculo sentencial. Por essa operação lógica, conhecida como funcional-veritativa, afirma-se que o valor (verdade ou falsidade) da sentença resultante depende exclusivamente do valor das cláusulas a partir das quais ela é construída (cf. Hegenberg, 1972).

O cálculo sentencial explica, sem dúvida alguma, um dos componentes semânticos da junção com o conectivo *e*; é, entretanto, uma versão muito simplificada de um uso extremamente limitado da linguagem natural, cuja complexidade ultrapassa, na esmagadora maioria dos casos, a presença de conteúdos estritamente funcional-veritativos. É fato passivo mesmo entre os lógicos afirmar a existência de divergências na significação entre símbolos formais e suas formas análogas nas línguas naturais. Hegenberg (1972) admite por exemplo que, a rigor, (1) não tem sua verdade determinada pela verdade de seus átomos, pois o *e* da conjunção se traduz aproximadamente como “e em seguida”, envolvendo, nesse caso, sucessão temporal de even-

¹ Este texto é uma versão parcial do trabalho “Estruturas coordenadas aditivas”, publicado no vol. VII da série *Gramática do português falado*. (cf. Camacho, 1999)

^{**} Universidade Estadual Paulista, *campus* de São José do Rio Preto.

tos. Esse fato constitui um simples fragmento da complexidade funcional dos usos do juntivo *e*.

(1) *Joana casou-se e teve um filho*

Associam-se ao aditivo, assim como a outros juntivos da linguagem natural, não apenas determinações funcional-veritativas que caracterizam a função ideacional, mas se associam também determinações vinculadas às funções textual e interpessoal da linguagem. (Halliday & Hasan, 1976)

Sweetser (1991) defende a idéia de que a conjunção aditiva é ambígua nos usos que se fazem nos domínios referencial, epistêmico e ilocucional e é essa a posição teórica assumida neste trabalho. Uma análise simples das conjunções como operadores lógicos é muito fraca para explicar as ambigüidades no uso, ou para dar conta do fato de que essas ambigüidades entre domínios devem ser observadas inclusive numa conjunção simples, como *e*. Além da necessidade de receber uma análise léxico-semântica mais complexa, deve-se analisar a contribuição desse juntivo para a semântica da sentença no contexto de um estatuto polifuncional do enunciado, isto é, como um veiculador de conteúdo, como uma entidade lógica e como o instrumento de um ato de fala.

O modo como Sweetser entende a relação de conjunção é caudatário de um trabalho anterior de Lakoff (1971), que trata da conjunção simétrica e da conjunção assimétrica. A associação possível é que, ao juntar dois estados de coisas independentes entre si a conjunção é simétrica, enquanto a junção de estados de coisas com entidades lógico-epistêmicas e ilocucionárias é um tipo assimétrico de conjunção.

Segundo Lakoff (1971), duas cláusulas podem formar uma relação de conjunção, se são mutuamente relevantes ou se compartilham um tópico comum. O tópico comum compartilhado nem sempre está explicitamente manifesto e identificável. Existem enunciados, como (2), cuja identidade, embora implícita, é incontestável, já que *fazer salada* e *lavar talheres* constituem duas atividades parciais relacionadas ao domínio comum de *cozinhar*.

(2) *Maria está fazendo a salada e Paulo está lavando os talheres.*

Entretanto, há enunciados, como (3), que, em termos de tópico comum, constituem casos-limite e por isso nem sempre têm aceitabilidade garantida:

(3) *José fuma três maços por dia e eu conheço muitas pessoas que sofrem de câncer.*

Diferentemente dos casos explícitos de identidade semântica, para que enunciados como esses possam ter um tópico comum, deve ser possível combinar itens explicitamente manifestos, pressuposições e deduções, para obter uma afirmação de

identidade, cujo resultado deve envolver pelo menos um dos itens lexicais em cada membro da junção (no caso acima, o termo *José*).

Na coordenação simétrica, cada membro da conjunção é independente do que o segue e do que o precede em qualquer parte da sentença completa. Em decorrência disso, cada membro retém sua integridade e nenhum adiciona significados ao outro, nem uma cadeia de membros precedentes torna o último ininteligível.

Na coordenação assimétrica, o conjunto é num certo sentido maior que a soma das partes. Além de encadeamento, o conjunto inclui a idéia de que cada membro ligado leva ao outro e que nenhum seria verdadeiro, se os que o precedem não o fossem também. Extraídos do contexto, os membros não reteriam a junção causal ou implicacional, perdendo-se assim parte do significado de todo o enunciado.

Com base nesses pressupostos, este trabalho pretende fornecer uma descrição dos valores semânticos e pragmáticos da conjunção aditiva nos diferentes níveis da gramática do português falado; pretende, ao mesmo tempo, comprovar a hipótese de que a melhor interpretação teórica que decorre da análise desse tipo de juntivo é o da ambigüidade pragmática.

Uma palavra ou um sintagma é ambíguo quando tem dois diferentes valores semânticos. É também possível, porém, que uma forma lingüística tenha somente um valor semântico, mas ainda assim, múltiplas funções. Um exemplo saliente é a ambigüidade pragmática da negação, conforme se observa em *Ela não está alegre, ela está triste* e *Ela não está alegre, ela está em êxtase* (Horn, 1985 *apud* Sweetser, 1991). A diferença é que, no primeiro caso, entende-se a semântica da negativa como aplicada ao conteúdo da palavra *alegre*, enquanto, no segundo caso, como aplicada a alguma asserção subentendida de natureza epistêmica. Entende-se o significado do segundo exemplo acima como “Eu não *diria* que ela estava alegre, mas eu *diria* que ela estava em êxtase”. É o uso da negação que varia, não seu sentido.

O universo da investigação é constituído por uma amostragem do *Corpus* Mínimo do Projeto de Gramática do Português Falado, que constitui, por sua vez, uma seleção operada sobre o material coletado pelo Projeto da Norma Urbana Culta (NURC)/Brasil, gravado com informantes cultos procedentes de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, historiado por Castilho (1990). Esse *corpus* é composto pelas seguintes entrevistas: Porto Alegre: EF 278, DID 045, D2 291; Rio de Janeiro: EF 379, DID 328, D2 355; São Paulo: EF 337, DID 131, D2 360; Recife: EF 337, DID 131, D2 005; Salvador: EF 049, DID 231, D2 098.

A vocação naturalmente empírica deste trabalho implica a necessidade de levantamento quantitativo, com especial relevância para freqüências percentuais dos fatores mais significativos para o exame da relação de conjunção. Para a análise quantitativa, empregam-se alguns programas do pacote Varbrul (cf. Sankoff, 1975). É ocioso dizer que se lança mão, sempre que necessário, do recurso aos exemplos construí-

dos, na ausência de exemplos cruciais do *corpus* para a explicação de aspectos relevantes do comportamento do juntivo.

CONJUNÇÃO SIMÉTRICA E CONJUNÇÃO ASSIMÉTRICA

A análise partiu do princípio de que é conveniente distinguir primeiramente os tipos simétrico e assimétrico de conjunção para ser possível descrever, em seguida, o estatuto funcional dessa distinção. A primeira decisão metodológica que se tomou para o exame dessas relações foi separar, no *corpus*, as sentenças cujos membros coordenados admitem mudança potencial de ordem das que não admitem. A hipótese subjacente a esse procedimento é que, caso fossem reversíveis, as cláusulas coordenadas seriam independentes uma da outra e, portanto, representariam o processo de conjunção de estados de coisas.

Um aspecto significativo para o qual apontam os resultados é que a grande maioria das cláusulas coordenadas representa casos de conjunção assimétrica, ou seja 76,0% do total. Esses resultados parecem indicar a função marcadamente textual da coordenação, observada particularmente por Halliday & Hasan (1976), que subcategorizam a conjunção como uso aditivo ou estrutural e coesivo ou textual de *e*, com base no escopo da ocorrência da sentença. Essas duas propriedades correspondem respectivamente ao que Lakoff denomina conjunção simétrica e conjunção assimétrica.

A assimetria da conjunção de orações – mudança de ordem = mudança de interpretação – é aparentemente devida às convenções icônicas da ordem de palavras na narrativa. A ordem das cláusulas é paralela à ordem dos eventos do mundo real, tornando-se desnecessário adicionar mais especificação da ordenação temporal aos eventos narrados. Em si mesmo, o juntivo *e* não indica sucessão temporal: tal valor semântico pode ser, por exemplo, atribuído a *e depois* de (4) abaixo; mas a ordem das duas cláusulas pode, por convenção, ser icônica em relação à seqüência real dos eventos descritos.

(4) *cheguei em casa, vi televisão e depois vim para cá pra pra conversar* (D2-RJ-355:87)

A irreversibilidade de (4) se baseia no princípio de iconicidade por motivação. A iconicidade por motivação, um princípio saussureano revisto por Haiman (1980), mostra-se exemplificado com maior clareza em seqüências próprias dos discursos narrativos, de que (4) é um fragmento exemplar, nos casos de ordenação de constituintes e em outros fenômenos em que a organização estrutural da expressão verbalizada reflete a seqüência dos eventos.

Dada a importância estatística da conjunção assimétrica, examinou-se a natureza dos subtipos possíveis. O caso prototípico de bloqueio da reversibilidade potencial de ordem é constituído por esses fragmentos narrativos. Há, entretanto, outros fragmentos de eventos não narrativos que ainda assim representam uma relação de anterioridade / posterioridade temporal:

- (5) *então esse camarão é refogado com a cebola e põe junto a pimenta* (D2-POA-291:107)

Outro caso menos nítido de seqüenciação aparece no exemplo (6) que, todavia, sugere a representação de diferentes fases num processo maior:

- (6) *depois de um prazo o senhor paga tanto e pra entrar vai dar mais um tanto* (D2-RJ-355:87)

Os tipos simétrico e assimétrico de conjunção são semanticamente similares de modo que, por uma relação inclusiva, a conjunção assimétrica torna-se apenas um caso especial da simétrica. Os dois tipos diferem porque, na conjunção simétrica, é necessário que somente partes das cláusulas combinadas possam ser relacionadas por pressuposição, de modo a assegurar a dedução de um tópico comum. Na conjunção assimétrica, são as duas cláusulas como um todo que contraem a relação e não partes delas.

Assim, (7a), que representa uma conjunção assimétrica, parece ser razoavelmente interpretável, mas, no segundo membro, o locutor realiza um ato de fala, não descreve um estado de coisas e esse ato de fala é logicamente decorrente do estado de coisas que de fato ocorreu, expresso no primeiro membro. A paráfrase está contida em (7b):

- (7) a. *Dez homens couberam no fusca e eu pago cerveja para todo mundo.*
 b. *Eu apostei que dez homens nunca caberiam num fusca e que eu eu pagaria cerveja para todo mundo se coubessem. Como dez homens de fato couberam no fusca, eu pago cerveja para todo mundo.*

O contrário não seria interpretável, o que aponta para o fato de constituir (7a) uma conjunção realmente assimétrica:

- (7) c. *?Eu pago cerveja para todo mundo e dez homens couberam no fusca.*

Em (7a), a própria forma dos membros denuncia o fato de que não pode estar envolvida a conjunção normal do domínio do conteúdo. O segundo membro da conjunção é um enunciado performativo e não constativo como o primeiro. Essa interpretação se conjuga de fato muito mais razoavelmente com o conteúdo da segunda cláusula que o faria uma leitura direta da conjunção de conteúdo.

O *corpus* manifesta casos em que o juntivo exerce a função de operador discursivo

sivo, já que não atua na coordenação de estados de coisas, conforme a função mais trivial do aditivo, mas na representação da função interpessoal, mediante a qual se acentua alguma informação e, simultaneamente, abandona-se a dimensão do enunciado em favor da dimensão da enunciação. Esse limite, marca-o o uso do juntivo. Um caso significativo desse limite é o exemplo (8):

- (8) *quando é que o professor solicita respostas do aluno que exigem apenas e eu digo apenas porque é o processo mental* (EF-POA-278:55)

A sentença (8) ilustra claramente um mecanismo empregado para retornar ao momento da enunciação, observável particularmente no caráter metalingüístico da cláusula introduzida por *e*.

Outro tipo de relação assimétrica que não envolve a mera conjunção de dois estados de coisas pode ser vista em (9a) e (9b).

- (9) a. *José tirou um conceito baixo em Semântica e entrou para a Igreja Universal. Portanto você pode ir para o mesmo caminho se fizer Semântica neste semestre.*
b. *José entrou para a Igreja Universal e tirou um conceito baixo em Semântica. Portanto, você pode ir para o mesmo caminho se entrar para a Igreja Universal.*

(9a) é uma boa resposta para “Por que você não quer que eu curse Semântica este semestre?” Em vez de eventos narrativos colocados lado a lado as cláusulas de (9a) acham-se ordenadas como premissas lógicas sucessivas. A ordem das premissas é significativa e o sentido também mudaria se tivessem a ordem revertida, como ocorre em (9b), uma boa resposta para “Por que você não quer que eu entre para a Igreja Universal?”.

Nesses exemplos, o valor conclusivo *e portanto* é tanto um produto da ordem icônica de palavras, quanto o valor temporal *e depois*, que podem também envolver suposições de causação do mundo real. Entretanto, a ordenação icônica de (9a-b) se baseia em processos lógicos, não em eventos do mundo real. De (9a-b) pode-se tirar apenas um resultado epistêmico, uma conclusão que resulta das premissas previamente enunciadas (cf. Sweetser, 1991, p. 87-88).

Muito recorrente no *corpus* é um uso de *e* para introduzir modalização epistêmica, de um tipo diferente ao ilustrado por (9a-b), porque a cláusula modalizadora aparece como uma espécie de parêntese sintático, mediante o uso de expressões como *acho* e *tenho a impressão*, que indicam a incerteza da opinião verbalizada. Observem o exemplos (10).

- (10) *não fui preparado para isso, mas a gente foi adquirindo uma vivência da coisa né? e eu acho que o dinheiro todo que eu pudesse, se eu ganhasse assim na loteria e tal eu nunca jogaria em mercado de capitais* (D2-RJ-355:175)

Uma outra função discursiva muito recorrente nos dados, similar à epistêmica, é a função que o juntivo exerce de introdutor de comentário, que é elaborado pelo enunciador, como se observa no exemplo (11), que representa uma estratégia de modalização avaliativa.

- (11) *bom ocorre a guerra e... nada nessa história acontece por acaso... né? se realmente a guerra foi perdida pelos países do eixo ... é que as condições sociológicas ... econômicas e políticas etc. etc. fizeram com que fosse perdida a guerra (EF-RJ-469:149).*

OUTROS VALORES DISCURSIVOS DA CONJUNÇÃO ADITIVA.

Para examinar o comportamento funcional da conjunção, em termos de generalizações significativas para o português falado, foi necessário proceder a uma análise exaustiva dos casos de manifestação no *corpus*. Mediante o uso de alguns programas do Pacote Varbrul, elaborou-se um procedimento descritivo, baseado nos seguintes fatores: identidade potencial de sujeito nos dois membros da coordenação, a forma de manifestação do sujeito na cláusula sindética e identidade potencial de tópico entre partes dos membros coordenados.

Os dados apontam para uma correlação entre identidade de sujeito e identidade de tópico nos membros da conjunção. Por um lado, em 77,4% dos casos, cada sentença manifesta identidade de termos na função de sujeito; por outro, um pouco mais que isso, em 87,1% do total, os membros de conjunção manifestam identidade de tópico. Entretanto, mais significativo é verificar que a identidade de sujeito se correlaciona fortemente com identidade de tópico, numa frequência altamente majoritária: 97,5% dos casos (117/120). Mesmo quando é ausente a identidade de sujeito, é maior a incidência de manutenção tópica.

Em consequência disso, os resultados indicam uma característica muito comum na conjunção, a de que à identidade sintático-semântica corresponde também a identidade pragmática, propriedade que inclui a identidade de tópico, postulada por Lakoff (*op. cit.*).

A relação entre identidade de sujeito e continuidade tópica se configura na frequência altamente majoritária de remissão por anáfora zero, da ordem de 83,4% (96/115), como se observa em (12)

- (12) *a gente se tranca em algum ambiente e se possível(∅) põe um aventalão:: e (∅) se fantasia de artista...(EF-SP-405:158)*

Os outros casos manifestam uso pouco significativo, mas é a segunda frequência, em termos comparativos, o de remissão por anáfora pronominal, da ordem de 12,1% (14/115), conforme se observa no exemplo contido em (13).

- (13) *se ela for uma criança como parece que é, totalmente desinibida, e que no ambiente que ela chega ela lidera* (DID-SSA-231:239)

Observe-se, *mutatis mutandis*, o comportamento estatístico dos casos de não-identidade de sujeito: é muito significativo que reinam absolutos os sujeitos lexicais, com uma frequência de 62,5% (25/35), como demonstra (14), que manifesta ao mesmo tempo sujeitos não-idênticos e lexicais em cada membro da conjunção, constituindo, como se vê foco contrastivo:

- (14) *existem mesmo alguns que são muito fechados... e que chegam a dizer que não há acordo... que não há de jeito nenhum complementariedade... e:: existem outros... da minha linha... que é uma linha mais moderada* (EF-RE-337:330)

Resta ainda demonstrar algumas subfunções discursivas adicionais da relação de conjunção. Os casos mais representativos foram selecionados e agrupados conforme a função que exerce o juntivo.

Considerem-se, inicialmente, o exemplo de (15) em que a função desempenhada pela cláusula aditiva é a de introduzir tópico ou subtópico discursivo, representado pelas expressões grifadas, permitindo, assim, a continuidade e a progressão do texto.

- (15) *ele saiu de lá falando chinês, não é, fala chinês, fala diversas línguas e tem um prato hindu que fazem na China* (D2-POA-291:179)

Considerem-se, agora, os enunciados (16a-c) cujas cláusulas grifadas, representando o segundo membro da conjunção, desempenham a função de introduzir constituinte focal, mediante os mecanismos sintáticos usuais, como clivagem, interrogativa parcial e deslocamento à esquerda, respectivamente.

- (16) a. *os filmes mostram né?... as incursões do Japão procurando se defender... e a melhor maneira que ele encontrava para se defender era atacando* (EF-RJ-469: 76)
b. *que tenha regido o cinema atualmente em comparação ao cinema dos anos anteriores e no se/ e no que seria notada essa diferença?*(DID-SP-234: 360)
c. *não são esse tipo de fru... completamente diferente daquelas que nós estamos acostumados aqui no Rio... e os nomes realmente eu não guardei* (DID-RJ-328:84)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumiu-se aqui um compromisso teórico com o enfoque funcional-cognitivo de Sweetser, que trata os vários usos de *e* como casos de ambigüidade pragmática. Essa expressão sugere que há uma única forma fonológica em que se alojam pelo menos três diferentes lexemas, conforme se aplique o juntivo aos níveis do conteúdo, ao lógico-epistêmico e ao ilocucionário.

Em virtude de restrições contextuais, o *corpus* examinado não manifesta enunciados cuja interpretação se resolva com base no nível lógico-epistêmico, conforme defende Sweetser (*op.cit.*); a ausência de registro não significa impossibilidade de ocorrência, como acima demonstrado. Ainda assim, registrou-se uma incidência muito significativa de condições pragmáticas projetando procedimentos discursivos. Tais procedimentos estão ora diretamente vinculados ao estatuto informacional dos enunciados envolvidos, ora a necessidades pragmáticas de realização de atos de fala e de modalização avaliativa dos estados de coisa enunciados e que são tipicamente exercidos como se a cláusula precedida pelo juntivo funcionasse como uma espécie de parentetização adjunta à predicação principal.

Essa forma de conjunção está fortemente vinculada ao exercício da função interpessoal da linguagem (Halliday & Hasan, 1976) e é em razão disso que se reconhece a pertinência do conceito de ambigüidade pragmática para um mapeamento adequado dos usos do juntivo *e* numa gramática unificada, mas de condicionamentos multifuncionais.

Essa permeabilidade do juntivo pelos níveis ideacional e interpessoal não chega a ser surpreendente. A literatura menciona um caso muito ilustrativo, o do advérbio *agora*, que se esvazia de seu valor dêitico na expressão da temporalidade para exercer uma função textual de articulação tópica, fortemente prospectiva, já que favorece a continuidade discursiva. (cf. Ilari *et al.* 1990; Risso, 1993)

Não surpreende também que a função do juntivo *e* para a construção do texto e para a construção do jogo interacional esteja arraigada no uso estritamente estrutural, nos termos de Halliday & Hasan (1976), cuja função é ligar idéias semanticamente equivalentes, uso que parece derivado da mesma estruturação cognitiva do espaço físico que nos permite a habilidade de “pôr coisas lado a lado” (Haiman, 1980). Conseqüentemente, a multiplicidade de valores semânticos é parte constituinte da economia das línguas naturais humanas.

ABSTRACT

By means of a multifunctional analysis of the conjunction relation in spoken Portuguese, this paper shows that it is used not only to establish content relations at the structural level, but it is also used to establish epistemic and illocutionary relations at the discursive level.

Referências bibliográficas

- CAMACHO, R. G. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/USP; Campinas: Editora da Unicamp, v. VII, 1999, p. 351-406.
- CASTILHO, A. T. O português culto falado no Brasil – história do Projeto Nurc no Brasil. In: PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson (Orgs.). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**, v. IV – Estudos. São Paulo: T. A. Queiroz/Fapesp, 1990, p. 141-197.
- HAIMAN, J. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. **Language** (Baltimore), v. 56, p. 515-540, 1980.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- HEGENBERG, L. **Lógica: o cálculo sentencial**. São Paulo: Herder/Ed. da USP, 1972.
- ILARI, R. **Um roteiro para o estudo das conjunções**. Trabalho não publicado, apresentado no SEMINÁRIO DO PROJETO DE GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO, 9. Campos do Jordão, 1985.
- ILARI, R. *et al.* Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1990, p. 63-141. v. 1: A ordem.
- LAKOFF, R. If 's and 's and but 's about conjunction. In: FILLMORE, Ch.; LANGENDOEN, D. T. (Eds.). **Studies in linguistic semantics**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971. p. 114-149.
- RISSO, M. S. “Agora... o que eu acho é o seguinte”: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A. T. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, v. III, 1993. p. 31-60.
- SANKOFF, D. **VARBRULE2**. Université de Montréal, 1975. (Mimeogr.).
- SWEETSER, E. **From etymology to pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.